

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1849/2020-PGJ, DE 22.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias remanescentes ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo 18 (dezoito) dias referentes ao período aquisitivo 2011/2012 e 12 (doze) dias referentes ao período aquisitivo 2012/2013, que seriam usufruídos no período de 5.6 a 4.7.2020, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3784/2016).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1986/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza o 2º período de férias, que seria usufruído de 16 a 25.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1976/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar os membros do Ministério Público abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, pelo período de 1 (um) ano, conforme o quadro abaixo (Processo PGJ/10/1772/2015):

2ª ENTRÂNCIA			
COMARCA	MEMBRO	INÍCIO	TÉRMINO
Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	26.5.2020	25.5.2021
Ponta Porã	Magno Oliveira João	22.4.2020	21.4.2021

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1977/2020-PGJ, DE 29.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Camapuã, Douglas Silva Teixeira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na referida Comarca, a partir de 11.5.2020, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3329/2019-PGJ, de 10.9.2019, que designou o Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1978/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sete Quedas, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Iguatemi, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2265/2018-PGJ, de 4.7.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1979/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bataguassu, Edival Goulart Quirino, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Anaurilândia, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2464/2017-PGJ, de 28.7.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1980/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Amambai, Thiago Barbosa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Coronel Sapucaia, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2450/2019-PGJ, de 9.7.2019, que designou o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1981/2020-PGJ, DE 29.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Dois Irmãos do Buriti, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2445/2019-PGJ, de 9.7.2019, que designou o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1982/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Glória de Dourados, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2265/2018-PGJ, de 4.7.2018, na parte que designou a Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1983/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Bela Vista, William Marra Silva Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Porto Murtinho, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 4189/2017-PGJ, de 5.12.2017, na parte que designou a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2039/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução nº 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na referida Comarca, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3644/2019-PGJ, de 1º.10.2019, que designou o Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2040/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Miranda, Talita Zoccolaro Papa Muritiba, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP n° 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução n° 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na referida Comarca, a partir de 10.2.2020, pelo período de 1 (um) ano; e revogar a Portaria n° 2444/2019-PGJ, de 9.7.2019, na parte que designou a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2044/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP n° 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução n° 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Rio Negro, a partir de 5.5.2020, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2045/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP n° 20/2007 e no artigo 17, § 1º, da Resolução n° 2/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Angélica, até ulterior deliberação (Processo PGJ/10/1772/2015).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2057/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria n° 4550/2019-PGJ, de 6.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no plantão semanal de 1º a 8.10.2018, que seriam usufruídos nos dias 14 e 15.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2048/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Altera a Portaria nº 1608/2020-PGJ, de 6.5.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de maio de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO I3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
30 e 31.5.2020	1ª PJ de Camapuã	Lindomar Tiago Rodrigues	98121-9241

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO I3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
30 e 31.5.2020	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2058/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 23ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas sessões da 2ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no dia 5.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 1961/2020-PGJ, DE 29.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 52/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/1450/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1988/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 57/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/1476/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1996/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte membro e servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1336/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Antonio André David Medeiros, Promotor de Justiça; 1.1) Suplente – Diogo Banzer da Motta, Chefe do Departamento do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação; 2) Fiscal Administrativa – Angela Marta Nantes Vieira, Assessora Jurídica; 2.1) Suplente – Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, Técnica II.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1997/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 47/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente (Processo PGJ/10/1446/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1998/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 49/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/1459/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1999/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 48/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente (Processo PGJ/10/1458/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2000/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 50/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente (Processo PGJ/10/1471/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2001/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 94/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; e revogar a Portaria nº 201/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4791/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2002/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 100/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; e revogar a Portaria nº 193/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4794/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2003/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 99/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; e revogar a Portaria nº 200/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4777/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2004/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 92/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração; e revogar a Portaria nº 194/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4743/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2005/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 93/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração; e revogar a Portaria nº 199/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4745/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2007/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 85/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração; e revogar a Portaria nº 196/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4694/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2008/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 84/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração; e revogar a Portaria nº 197/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4610/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2009/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 83/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração; e revogar a Portaria nº 198/2020-PGJ, de 21.1.2020 (Processo PGJ/10/4611/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2010/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 98/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 3.1) Suplente – Dantiele de Freitas Queiroz, Assessora Técnica em Redes; e revogar a Portaria nº 309/2020-PGJ, de 28.1.2020 (Processo PGJ/10/4763/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2011/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 106/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Luís Henrique Zaidan Blecha, Analista/Engenharia Agrônoma; 3.1) Suplente – Gina de Rezende Matias, Analista/Arquitetura; e revogar a Portaria nº 4390/2019-PGJ, de 26.11.2019 (Processo PGJ/10/3518/2018).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2012/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 95/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; e revogar a Portaria nº 615/2020-PGJ, de 14.2.2020 (Processo PGJ/10/4614/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2013/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 102/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; e revogar a Portaria nº 1020/2020-PGJ, de 17.3.2020 (Processo PGJ/10/4954/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2014/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 96/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; e revogar a Portaria nº 189/2020-PGJ, de 20.1.2020 (Processo PGJ/10/4902/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2015/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 83/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; e revogar a Portaria nº 3846/2017-PGJ, de 8.11.2017 (Processo PGJ/10/2528/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2016/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 78/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; e revogar a Portaria nº 3377/2017-PGJ, de 3.10.2017 (Processo PGJ/10/2525/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2017/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 89/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – José Carlos Pires Gonçalves Segundo, Auxiliar; e revogar a Portaria nº 188/2020-PGJ, de 20.1.2020 (Processo PGJ/10/4568/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2018/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 79/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; e revogar a Portaria nº 3377/2017-PGJ, de 3.10.2017 (Processo PGJ/10/2525/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2019/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 88/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; e revogar a Portaria nº 922/2020-PGJ, de 10.3.2020 (Processo PGJ/10/4615/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2020/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 105/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; e revogar a Portaria nº 237/2020-PGJ, de 22.1.2020 (Processo PGJ/10/4075/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2021/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 106/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; e revogar a Portaria nº 238/2020-PGJ, de 22.1.2020 (Processo PGJ/10/4075/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2022/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 84/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; e revogar a Portaria nº 3846/2017-PGJ, de 8.11.2017 (Processo PGJ/10/2528/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2023/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 97/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; e revogar a Portaria nº 940/2020-PGJ, de 11.3.2020 (Processo PGJ/10/3231/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2024/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 114/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; e revogar a Portaria nº 820/2018-PGJ, de 1º.3.2018 (Processo PGJ/10/3933/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2025/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 104/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; e revogar a Portaria nº 463/2020-PGJ, de 5.2.2020 (Processo PGJ/10/0063/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2026/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 103/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; e revogar a Portaria nº 471/2020-PGJ, de 6.2.2020 (Processo PGJ/10/3135/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2027/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 102/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; e revogar a Portaria nº 3740/2017-PGJ, de 30.10.2017 (Processo PGJ/10/2432/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2047/2020-PGJ, DE 2.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Gustavo da Silva Andrade para exercer o cargo em comissão de Assessor de Inteligência, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de José Tadeu Pereira da Anunciação Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**ENUNCIADO Nº 22, DE 2 DE JUNHO DE 2020.**

O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, torna público que, na sessão do dia 26 de maio de 2020, o referido órgão colegiado aprovou o Enunciado em epígrafe, com a seguinte redação:

Os Termos de Ajustamento de Conduta em geral ou o Acordo de Leniência celebrados em autos de inquérito civil ou procedimento preparatório devem instruir os autos por ocasião da remessa da promoção de arquivamento, sendo desnecessário o envio em separado ao Conselho Superior do Ministério Público.

Fundamentação:

A proposição do enunciado visa **estabilizar a compreensão** acerca da necessidade ou não de **remessa em separado** do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência, celebrados nos casos regidos pela **Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência), ao Conselho Superior do Ministério Público.

O art. 6º, §§ 1º e 2º, da **Resolução CNMP nº 179/2017** (Termo de Ajuste de Conduta), quando trata dos Termos de Ajustamento de Conduta **em geral**, prevê (destaco):

Art. 6º Atentando às peculiaridades do respectivo ramo do Ministério Público, **cada Conselho Superior disciplinará** os mecanismos de **fiscalização** do cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta tomado pelos órgãos de execução e a **revisão** pelo Órgão Superior do arquivamento do inquérito civil ou do procedimento no qual foi tomado o compromisso, **observadas as regras gerais desta resolução**.

§ 1º Os mecanismos de **fiscalização** referidos no *caput* **não se aplicam** ao compromisso de ajustamento de conduta levado à **homologação do Poder Judiciário**.

§ 2º A regulamentação do Conselho Superior deve compreender, **no mínimo**, a exigência de **ciência formal do conteúdo integral do compromisso de ajustamento de conduta ao Órgão Superior em prazo não superior a três dias da promoção de arquivamento** do inquérito civil ou procedimento correlato em que foi celebrado.

Da interpretação dos dispositivos acima podem ser extraídas as seguintes considerações iniciais: **a)** os Conselhos Superiores podem editar **normas específicas** acerca do ajuste de conduta, desde que respeitadas as **regras gerais** expedidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público; **b)** o compromisso de ajuste de conduta levado à homologação judicial **não se submete à fiscalização** dos Conselhos Superiores; e, **c)** aos Conselhos Superiores deve ser dada, no mínimo, **ciência do inteiro teor** do termo de ajustamento de conduta, em geral.

De outra parte, **em especial**, os arts. 2º, § 4º e 6º, § 9º, da **Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência), prevê que (destaco):

Art. 2º O **compromisso ou os acordos** regulados por esta resolução, poderão ser celebrados, tanto na fase **extrajudicial**, quanto na fase **judicial**, com as pessoas, físicas ou jurídicas, investigadas pela prática dos **atos de improbidade administrativa**, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou de algumas das sanções definidas na Lei nº 8.429/1992, e dos atos praticados contra a Administração Pública, definidos na Lei nº 12.846/2013, visando: [...]

§ 4º **Aplica-se a Resolução nº 15/2007-PGJ aos procedimentos tratados nesta Resolução**, naquilo que não se mostrar incompatível com as especificidades ora disciplinadas. [...]

Art. 6º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** poderá ser tomado em **qualquer fase da investigação**, nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, ou **no curso da ação judicial** com as pessoas, físicas e/ou jurídicas, investigadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis. [...]

§ 9º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** tomado na **fase judicial** será submetido à homologação do respectivo juízo, sem prejuízo de sua **comunicação** pelo órgão de execução ao **Conselho Superior do Ministério Público**, para fins de **registro**.



No âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, há duas resoluções que tratam do Termo de Ajustamento de Conduta, a saber: **a) Resolução nº 15/2007-PGJ** (Inquérito Civil); e, **b) Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência).

Analizando a **Resolução nº 15/2007-PGJ** (Inquérito Civil), que trata do proceder relacionado aos direitos coletivos e dos individuais homogêneos **em geral**, concluo **não haver comando** exigindo que o Termo de Ajustamento de Conduta seja **remetido em separado** dos autos respectivos.

Confirma tal assertiva a previsão do art. 38 da **Resolução nº 15/2007-PGJ** (Inquérito Civil), que estabelece que a celebração do ajuste de conduta deve ser seguida da promoção de arquivamento dos respectivos autos, remetendo-se o procedimento, **devidamente instruído com o termo de ajustamento**, ao Conselho Superior do Ministério Público (destaco):

Art. 38. **Celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta** nos processos eletrônicos, **o órgão de execução deverá** instaurar Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas e **promover o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório**, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público homologar a promoção de arquivamento.

Parágrafo único. O **Conselho Superior do Ministério Público deverá ser cientificado** do conteúdo integral do compromisso de ajustamento de conduta, **em prazo não superior a 3 (três) dias a partir da promoção de arquivamento** do inquérito civil ou procedimento preparatório em que foi celebrado.

No mesmo sentido, prevê o art. 6º, §§ 7º e 8º, da **Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência) que (destaco):

Art. 6º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** poderá ser tomado em qualquer fase da investigação, **nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, ou no curso da ação judicial** com as pessoas, físicas e/ou jurídicas, investigadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis. [...]

§ 7º Se o **compromisso tiver sido firmado no âmbito de inquérito civil ou de procedimento preparatório e esgotar seu objeto**, o membro do Ministério Público **deverá arquivar o procedimento e remetê-lo para homologação do Conselho Superior do Ministério Público**, no prazo e na forma da resolução que versa sobre a tramitação de procedimentos extrajudiciais, acompanhando o cumprimento em autos de procedimento administrativo.

§ 8º Se o compromisso firmado **não acarretar o arquivamento do procedimento**, o membro do Ministério Público **deverá promover seu desmembramento**, com **posterior remessa do novo procedimento ao Conselho Superior do Ministério Público**, no prazo e na forma da resolução que versa sobre a tramitação de procedimentos extrajudiciais.

Anoto, aqui, que a **Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência) se refere por mais de uma vez à **aplicação subsidiária** da **Resolução nº 15/2007-PGJ** (Inquérito Civil), notadamente quanto às formas e os prazos a serem cumpridos pelo Órgão de Execução (art. 2º, § 4º; art. 6º, §§ 7º, 8º e 10; art. 7º, § 4º e art. 13).

Ressalto que a **única previsão** que exige a **remessa em separado** do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência ao Conselho Superior do Ministério Público, trata do **ajuste de conduta celebrado durante a fase judicial e levado à homologação judicial**, conforme o art. 6º, § 9º, da **Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência) (destaco):

Art. 6º [...]

§ 9º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** tomado na **fase judicial** será submetido à **homologação do respectivo juízo, sem prejuízo de sua comunicação** pelo órgão de execução ao **Conselho Superior do Ministério Público**, para fins de **registro**.

Assim, com fundamento no exposto, **concluo** que:

A) o Termo de Ajustamento de Conduta **em geral**, regulado pela Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil) ou, **em especial**, o Termo de Ajustamento de Conduta ou o Acordo de Leniência regidos pela Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência), desde que celebrados em autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, devem instruir os autos por ocasião da remessa da promoção de arquivamento para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público;

B) o Termo de Ajustamento de Conduta ou o Acordo de Leniência celebrados na **fase judicial e levados à homologação do juízo competente**, versando sobre **atos de improbidade administrativa**, devem ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, **exclusivamente** para registro.



Especificamente no caso da **alínea "b"** supra, o Órgão de Execução remeterá, por ofício (*Protocolo Unificado*), ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de registro, os seguintes documentos: **a)** uma via do inteiro teor do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência, celebrados durante a fase judicial; **b)** a cópia da sentença homologatória; **c)** a respectiva certidão do trânsito em julgado.

Campo Grande, 2 de junho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ENUNCIADO Nº 23, DE 2 DE JUNHO DE 2020.

O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, torna público que, na sessão do dia 26 de maio de 2020, o referido órgão colegiado aprovou o Enunciado em epígrafe, com a seguinte redação:

O Termo de Ajustamento de Conduta ou Acordo de Leniência que versem sobre ato de improbidade administrativa, celebrados na fase judicial e levados à homologação judicial, devem ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, exclusivamente para registro, por meio de ofício (Protocolo Unificado), instruído com: a) uma via do inteiro teor do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência celebrados durante a fase judicial; b) a cópia da sentença homologatória; e, c) a respectiva certidão do trânsito em julgado.

Fundamentação:

A proposição do enunciado visa **estabilizar a compreensão** acerca da necessidade ou não de **remessa em separado** do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência, celebrados nos casos regidos pela **Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência), ao Conselho Superior do Ministério Público.

O art. 6º, §§ 1º e 2º, da **Resolução CNMP nº 179/2017** (Termo de Ajuste de Conduta), quando trata dos Termos de Ajustamento de Conduta **em geral**, prevê (destaco):

Art. 6º Atentando às peculiaridades do respectivo ramo do Ministério Público, **cada Conselho Superior disciplinará** os mecanismos de **fiscalização** do cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta tomado pelos órgãos de execução e a **revisão** pelo Órgão Superior do arquivamento do inquérito civil ou do procedimento no qual foi tomado o compromisso, **observadas as regras gerais desta resolução**.

§ 1º Os mecanismos de **fiscalização** referidos no *caput* **não se aplicam** ao compromisso de ajustamento de conduta levado à **homologação do Poder Judiciário**.

§ 2º A regulamentação do Conselho Superior deve compreender, **no mínimo**, a exigência de **ciência formal do conteúdo integral do compromisso de ajustamento de conduta ao Órgão Superior em prazo não superior a três dias da promoção de arquivamento** do inquérito civil ou procedimento correlato em que foi celebrado.

Da interpretação dos dispositivos acima podem ser extraídas as seguintes considerações iniciais: **a)** os Conselhos Superiores podem editar **normas específicas** acerca do ajuste de conduta, desde que respeitadas as **regras gerais** expedidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público; **b)** o compromisso de ajuste de conduta levado à homologação judicial **não se submete à fiscalização** dos Conselhos Superiores; e, **c)** aos Conselhos Superiores deve ser dada, no mínimo, **ciência do inteiro teor** do termo de ajustamento de conduta, em geral.

De outra parte, **em especial**, os arts. 2º, § 4º e 6º, § 9º, da **Resolução nº 6/2019-CPJ** (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência), prevê que (destaco):

Art. 2º O **compromisso ou os acordos** regulados por esta resolução, poderão ser celebrados, tanto na fase **extrajudicial**, quanto na fase **judicial**, com as pessoas, físicas ou jurídicas, investigadas pela prática dos **atos de improbidade administrativa**, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou de algumas das sanções definidas na Lei nº 8.429/1992, e dos atos praticados contra a Administração Pública, definidos na Lei nº 12.846/2013, visando: [...]



§ 4º **Aplica-se a Resolução nº 15/2007-PGJ aos procedimentos tratados nesta Resolução**, naquilo que não se mostrar incompatível com as especificidades ora disciplinadas. [...]

Art. 6º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** poderá ser tomado em **qualquer fase da investigação**, nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, ou **no curso da ação judicial** com as pessoas, físicas e/ou jurídicas, investigadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis. [...]

§ 9º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** tomado na **fase judicial** será submetido à homologação do respectivo juízo, sem prejuízo de sua **comunicação** pelo órgão de execução ao **Conselho Superior do Ministério Público**, para fins de **registro**.

No âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, há duas resoluções que tratam do Termo de Ajustamento de Conduta, a saber: **a) Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil)**; e, **b) Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência)**.

Analizando a **Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil)**, que trata do proceder relacionado aos direitos coletivos e dos individuais homogêneos **em geral**, concluo **não haver comando** exigindo que o Termo de Ajustamento de Conduta seja **remetido em separado** dos autos respectivos.

Confirma tal assertiva a previsão do art. 38 da **Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil)**, que estabelece que a celebração do ajuste de conduta deve ser seguida da promoção de arquivamento dos respectivos autos, remetendo-se o procedimento, **devidamente instruído com o termo de ajustamento**, ao Conselho Superior do Ministério Público (destaco):

Art. 38. **Celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta** nos processos eletrônicos, o **órgão de execução deverá** instaurar Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas e **promover o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório**, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público homologar a promoção de arquivamento.

Parágrafo único. O **Conselho Superior do Ministério Público deverá ser cientificado** do conteúdo integral do compromisso de ajustamento de conduta, **em prazo não superior a 3 (três) dias a partir da promoção de arquivamento** do inquérito civil ou procedimento preparatório em que foi celebrado.

No mesmo sentido, prevê o art. 6º, §§ 7º e 8º, da **Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência)** que (destaco):

Art. 6º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** poderá ser tomado em qualquer fase da investigação, **nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório**, ou **no curso da ação judicial** com as pessoas, físicas e/ou jurídicas, investigadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis. [...]

§ 7º Se o **compromisso tiver sido firmado no âmbito de inquérito civil ou de procedimento preparatório e esgotar seu objeto**, o membro do Ministério Público **deverá arquivar o procedimento e remetê-lo para homologação do Conselho Superior do Ministério Público**, no prazo e na forma da resolução que versa sobre a tramitação de procedimentos extrajudiciais, acompanhando o cumprimento em autos de procedimento administrativo.

§ 8º Se o compromisso firmado **não acarretar o arquivamento do procedimento**, o membro do Ministério Público **deverá promover seu desmembramento**, com posterior remessa do novo procedimento ao **Conselho Superior do Ministério Público**, no prazo e na forma da resolução que versa sobre a tramitação de procedimentos extrajudiciais.

Anoto, aqui, que a **Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência)** se refere por mais de uma vez à **aplicação subsidiária da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil)**, notadamente quanto às formas e os prazos a serem cumpridos pelo Órgão de Execução (art. 2º, § 4º; art. 6º, §§ 7º, 8º e 10; art. 7º, § 4º e art. 13).

Ressalto que a **única previsão** que exige a **remessa em separado** do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência ao Conselho Superior do Ministério Público, trata do **ajuste de conduta celebrado durante a fase judicial e levado à homologação judicial**, conforme o art. 6º, § 9º, da **Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência)** (destaco):

Art. 6º [...]

§ 9º O **compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência** tomado na **fase judicial** será submetido à **homologação do respectivo juízo**, sem prejuízo de sua **comunicação** pelo órgão de execução ao **Conselho Superior do Ministério Público**, para fins de **registro**.



Assim, com fundamento no exposto, **concluo** que:

A) o Termo de Ajustamento de Conduta **em geral**, regulado pela Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil) ou, **em especial**, o Termo de Ajustamento de Conduta ou o Acordo de Leniência regidos pela Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência), desde que celebrados em autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, devem instruir os autos por ocasião da remessa da promoção de arquivamento para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público;

B) o Termo de Ajustamento de Conduta ou o Acordo de Leniência celebrados na **fase judicial e levados à homologação do juízo competente**, versando sobre **atos de improbidade administrativa**, devem ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, **exclusivamente** para registro.

Especificamente no caso da **alínea "b"** supra, o Órgão de Execução remeterá, por ofício (*Protocolo Unificado*), ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de registro, os seguintes documentos: **a)** uma via do inteiro teor do Termo de Ajustamento de Conduta ou do Acordo de Leniência, celebrados durante a fase judicial; **b)** a cópia da sentença homologatória; **c)** a respectiva certidão do trânsito em julgado.

Campo Grande, 2 de junho de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PU Nº 02.2020.00032516-7.

PORTARIA Nº 0005/2020/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 18, VII e artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010; e, em atendimento à Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público,

RESOLVE:

Alterar, em parte, a Portaria nº 0019/2019/CGMP/MS de 12.12.2019, publicada no DOMP nº 2.111, de 12.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, referente ao primeiro semestre do ano de 2020, de forma que:

Onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
29.06 (18h01) a 06.07 (7h59)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	98478-2385

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
29.06 (18h01) a 06.07 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385

Campo Grande (MS), 01 de junho de 2020.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/4147/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **VETT – VIA EXPRESS TECNOLOGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, representada por **José Luiz Costa**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 54/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Redução do valor contratual, em 10% (dez por cento), em virtude da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até a data de 31.12.2020.

Valor contratual mensal: R\$ 9.095,93 (nove mil noventa e cinco reais e noventa e três centavos) para os pagamentos dos meses de junho de 2020 até dezembro de 2020, a partir de janeiro de 2021, vigorará o valor mensal previsto através do Primeiro Apostilamento ao Contrato nº 06/PGJ/2019, qual seja, de R\$ 10.106,59 (dez mil cento e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Vigência: 26.05.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 26 de maio de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2020.00000408-1****RECOMENDAÇÃO nº 0001/2020/05PJ/CBA**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Corumbá/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2020.00000408-1, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre eles a defesa do patrimônio público (art. 129, incisos II e III, da CF);

CONSIDERANDO que no curso da Notícia de Fato nº 01.2020.00001501-2, verificou-se a indicação de profissional contratada temporariamente Eiza Nadila Bassoli para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Corumbá – CMDCA;



CONSIDERANDO que o artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 115/2007 impõe ao servidor admitido temporariamente a proibição de exercer atribuições ou executar tarefas não previstas para a função da admissão e no respectivo contrato;

CONSIDERANDO que o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 07/2020 do Município de Corumbá estabelece em sua cláusula primeira que a contratação de Eiza Nadila Bassoli tem como finalidade atender necessidade temporária de excepcional interesse público na função de Profissional de Serviços de Saúde – Psicóloga, para atuar no NASF II ESF Paulo Malssato – Secretaria Municipal e Saúde;

CONSIDERANDO que o exercício de atividade perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente corresponde a atribuição diversa daquela estabelecida em Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, logo incorrendo em inobservância à Lei Complementar Municipal nº 115/2007;

CONSIDERANDO que a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa converte-se em dolosa quando o agente público tido, inicialmente, por inábil ou omissor, reitera conscientemente práticas que violam os princípios da Administração Pública, mesmo corretamente alertado e orientado a respeito (teoria da cegueira deliberada);

CONSIDERANDO que os atos de improbidade administrativa importam na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas na Lei 8.429/92, sem prejuízo da ação penal (art. 37, § 4º, CF);

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que o Ministério Público “*poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover*”;

RECOMENDA à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Corumbá, Senhora Márcia Cândida de Jesus Silva, a adoção das seguintes medidas:

1) promover a anulação/revogação do ato de indicação da contratada temporária Senhora Eiza Nadila Bassoli, com a necessária exclusão da servidora do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORUMBÁ – CMDCA, uma vez que a atuação do CMDCA corresponde a atribuições diversas daquelas contidas no Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº 07/2020. A medida visa a atender ao comando do artigo 37 da Constituição Federal e do artigo 9º, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 115/2007;

2) abster-se de nomear membros do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORUMBÁ – CMDCA que incorram em desacordo com o artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 115/2007.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias para a adoção da providência acima, cujo acatamento ou não deverá ser comunicado a esta Promotoria de Justiça.

Em caso de não atendimento desta Recomendação, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul poderá adotar as medidas judiciais cabíveis.

DEMAIS DELIBERAÇÕES:

Encaminhem-se cópias da presente Recomendação à Secretaria Municipal de Governo, à Secretaria Municipal de Saúde, à Procuradoria-Geral do Município e ao Chefe da Controladoria do Município de Corumbá, para conhecimento e providências.

Remeta-se Cópia à Procuradoria-Geral de Justiça para conhecimento e publicação no DOMP e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, na forma da Resolução Normativa nº 015/2007-PGJ.

Com a resposta do Município, ou vencido o prazo, certifique-se e tornem os autos imediatamente conclusos.

Corumbá/MS, 1º de junho de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

**INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 06.2020.00000085-2****RECOMENDAÇÃO Nº 002/2020-5ªPJ**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Corumbá/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2020.00000085-2, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre eles a defesa do patrimônio público (art. 129, incisos II e III, da CF);

CONSIDERANDO que na investigação levada a efeito no Inquérito Civil Público nº 06.2020.00000085-2 verificou-se indícios de irregularidades na utilização de Verba Indenizatória Para Custeio das Atividades Parlamentares dos Vereadores com relação aos serviços prestados pela empresa inativa/inapta A.C DE ALBUQUERQUE (CNPJ nº 13.096.040/0001-20) a Vereadores de Corumbá/MS;

CONSIDERANDO que a empresa A.C DE ALBUQUERQUE, durante o período de 12/12/2018 até 23/10/2019, estava com a situação de regularidade fiscal junto à RECEITA FEDERAL DO BRASIL classificada como “inapta” em razão de omissão por declarações, consoante Ofício 009/2020/ALF/COR/SRRF01/RFB/MF-MS da Receita Federal;

CONSIDERANDO que a inaptidão supracitada traduz a inidoneidade, para fins tributários, do documento produzido em favor de terceiro, nos termos do artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016;

CONSIDERANDO que o artigo 45, inciso II, alíneas “b” a “s”, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, estabeleceu dentre as proibições às empresas consideradas inaptas, a proibição de “celebrar convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos;” e “realizar operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos;”, sendo as referidas sanções mantidas mesmo com o advento da Instrução Normativa RFB nº 1263, de 27 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO que o artigo 6º, § 1º, das Resoluções 743 e 744/2017, da Câmara Municipal de Corumbá/MS, que dispõe sobre a regulamentação do uso da Verba Indenizatória para Custeio do Exercício Parlamentar, condiciona o ressarcimento de valores aos edis à apresentação de *documento fiscal idôneo*;

CONSIDERANDO que restou comprovado nos autos do presente procedimento apuratório que houve pagamento de indenização à diversos Vereadores de Corumbá por serviços prestados pela empresa A.C DE ALBUQUERQUE mediante a apresentação de notas durante o período de 12/12/2018 até 23/10/2019, as quais são consideradas inidôneas segundo a instrução normativa vigente, tratando-se, portanto, de pagamentos indevidos;

CONSIDERANDO que a administração pública, através da Autotutela, pode corrigir eventuais falhas ou vícios nos atos administrativos *sponte sua*, evitando a necessidade de posterior ajuizamento de ação perante o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa converte-se em dolosa quando o agente público tido, inicialmente, por inábil ou omissor, reitera conscientemente práticas que violam os princípios da Administração Pública, mesmo corretamente alertado e orientado a respeito (teoria da cegueira deliberada);

CONSIDERANDO que os atos de improbidade administrativa importam na suspensão dos direitos políticos, na



perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas na Lei 8.429/92, sem prejuízo da ação penal (art. 37, § 4º, CF);

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que “o Ministério Público, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”.

RECOMENDA ao Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, Roberto Gomes Façanha, a adoção das seguintes medidas:

1 - A imediata apuração dos valores indevidamente pagos aos Vereadores de Corumbá a título de Verba Indenizatória para Custeio do Exercício Parlamentar por serviços prestados pela empresa A.C DE ALBUQUERQUE (CNPJ nº 13.096.040/0001-20) entre o período de 12 de dezembro de 2019 até 23 de outubro de 2019 (inaptdão fiscal da empresa);

2 - Na sequência, a adoção das medidas administrativas e/ou judiciais pertinentes para a recuperação desses valores pagos indevidamente aos Vereadores a título de verba indenizatória, sob pena de responsabilidade por omissão;

3 – Doravante, observe a necessidade de prévia consulta acerca da regularidade fiscal perante a Receita Federal das pessoas jurídicas prestadoras de serviço, para fins de liberação de verba de gabinete indenizatória.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias para a adoção da providência acima, cujo acatamento ou não deverá ser comunicado a esta Promotoria de Justiça, acompanhado dos documentos comprobatórios.

Em caso de não atendimento desta Recomendação, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul alerta que poderá adotar as medidas judiciais cabíveis.

Remeta-se Cópia à Procuradoria-Geral de Justiça para conhecimento e publicação no DOMP e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, na forma da Resolução Normativa nº 015/2007-PGJ.

Com a resposta do Município, ou vencido o prazo, certifique-se e tornem os autos imediatamente conclusos.

Corumbá/MS, segunda-feira, 01 de junho de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº. 0002/2020/14PJ/DOS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 002/2020, referente aos documentos da 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste.

Dourados, 02 de junho de 2020.

LUIZ EDUARDO SANT'ANNA PINHEIRO
Promotor de Justiça



LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2020

PROVENIÊNCIA – (14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados)		PROCEDÊNCIA – (14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados)	
Órgão / Setor: 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados		14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Cópias de Recomendações da Procuradoria-Geral de Justiça		2003, 2005, 2006, 2008, 2011 (especificamente)	2013 (especificamente)
Cópias de Atos do Colégio de Procuradores		2006	2013
Cópias de Atos da Corregedoria (Portarias, Resoluções, Instruções Normativas, Recomendações e Avisos)		1993	2016
Cópias de Atos do Conselho Superior do Ministério Público (Avisos e Recomendações)		2009	2014
Cópias de Avisos, Portarias e Recomendações		2017	2018
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Handreza Oviedo Alves Martins, Técnico I, mat. 800415-3 Data do preenchimento: 02 de junho de 2020.			

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0002/2020/01PJ/AMB

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00000726-7, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2020.00000726-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Amambai

Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, Prefeito Municipal de Amambai

Jauro Bittencourt Moretto, Secretário Municipal de Gestão.

Objeto: Apurar possíveis irregularidades quanto aos gastos do Município de Amambai com a aquisição de canetas personalizadas, objeto do Processo Licitatório n. 080434/2020 (Carta Convite n. 001/2020) e processo de execução contratual n. 081817/2020.

Amambai/MS, 1º de junho de 2020.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0003/2020/01PJ/AMB**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil n. 09.2020.00001912-0, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil n. 09.2020.00001912-0.

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido (s): Município de Amambai

Câmara Municipal de Amambai

Assunto: Acompanhamento, fiscalização e atuação ministerial preventiva, no que concerne às ações para reversão da doação dos imóveis determinados pelos Lotes 05, 06 e 08, todos da Quadra 11, situados no Residencial Pôr do Sol, realizada através da Lei Municipal n. 2.328, de 11 de dezembro de 2012, à empresa Debora de Carvalho ME

Amambai/MS, 03 de junho de 2020.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0025/2020/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001774-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Jorge Ferreira de Lima

Assunto: Viabilizar assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta para ressarcimento pecuniário equivalente ao valor da madeira apreendida nos autos da Ação Penal nº 0001286-19.2008.8.12.0003, em razão do extravio do bem.

Bela Vista/MS, 22/05/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0026/2020/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001821-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar providências a serem tomadas pela Prefeitura de Bela Vista, visando cessar a perturbação da tranquilidade causada pelo estabelecimento denominado Bar Nossa Senhora Aparecida localizado no Bairro Espírito Santo em Bela Vista/MS.

Bela Vista/MS, 01/06/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0027/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>
Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001850-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Prefeito Municipal de Caracol - MS

Assunto: Acompanhar o fiel cumprimento da súmula vinculante n 13 do STF pela Prefeitura de Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 01/06/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0028/2020/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>
Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00001921-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Município de Bela Vista, Secretaria Municipal de Educação de Bela Vista/MS, SED - Secretaria de Estado de Educação/MS, Instituições Privadas de Educação Básica e Ensino de Bela Vista/MS.

Assunto: Fiscalizar e acompanhar as medidas excepcionais adotadas pelas Redes Municipal, Estadual e Privada de Educação Básica devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), bem como a reorganização dos calendários escolares e ações que serão implementadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais

Bela Vista/MS, 02/06/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

JARDIM

EDITAL 06.2020.00000709-0

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2020.00000709-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desmatamento de 114,94 hectares, sem autorização do órgão competente, ocorrido na Fazenda Tabuleiro, de propriedade de Romildo Franco, localizada na zona rural no município de Jardim/MS.

Jardim, 29 de maio de 2020

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0028/2020/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC Nº 09.2020.00001601-1.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2020.00001601-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Compromitente: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS.

Compromissária: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis/MS.

Objeto: Acompanhar cumprimento das cláusulas estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta nº 002/2020/PJ/DPS referente ao IC nº 06.2017.00000564-0.

Deodápolis/MS, 03 de junho de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.